

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2016, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST* e o Projeto de Lei nº 3.950, de 2019, do Senador José Serra, que *altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre finalidade, destinação e modalidades de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações*.

Relator: Senador **ROGÉRIO CARVALHO**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 163, de 2016, e o Projeto de Lei (PL) nº 3.950, de 2019, que tramitam em conjunto nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ambas as iniciativas têm como objetivo a alteração das regras de regência do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST).

O PLS nº 163, de 2016, conta com apenas dois artigos, sendo que o art. 2º trata da vigência da lei objeto da iniciativa, a partir da data de sua publicação.

O art. 1º modifica a redação dos arts. 1º e 5º da Lei nº 9.998, de 2000, conhecida como Lei do Fust, propondo que:

- os recursos do Fundo sejam destinados a cobrir parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização dos serviços de telecomunicações prestados



SF/22558.40376-90

em regime público que não possa ser recuperada com sua exploração eficiente, e a financiar programas, projetos e atividades governamentais voltados à “universalização” do acesso a redes e serviços de telecomunicações, prestados tanto em regime público quanto em regime privado;

- a ampliação dos serviços de conexão à internet, fixa ou móvel, a promoção da inclusão digital, bem como o incremento da cobertura da telefonia móvel em áreas onde seu custo não possa ser recuperado passem a constituir objetivos de aplicação dos recursos do Fust;

- as áreas abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) sejam contempladas, em cada exercício, com pelo menos 30% dos recursos do Fundo, aplicados em projetos de “universalização” do acesso a redes e a serviços de telecomunicações;

- os estabelecimentos de ensino sejam contemplados com, no mínimo, 18% do total dos recursos do Fundo;

- os jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência sejam privilegiados na destinação dos recursos aplicados;

- o uso dos recursos do Fundo esteja condicionado à realização de edital de seleção pública de projetos de empresas ou organizações da sociedade civil; ao aporte de recursos, pela empresa responsável, de valor equivalente ao destinado pelo Fust; ao compromisso, por parte da empresa, da continuidade da prestação do serviço subsidiado; e à divulgação, pela empresa, da prestação de contas dos recursos aplicados.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O PL nº 3.950, de 2019, por sua vez, é composto por seis artigos que visam a alterar tanto a Lei do Fust quanto a Lei nº 9.472, de 1997, denominada de Lei Geral de Telecomunicações (LGT).



Nesse contexto, o projeto propõe a inclusão do art. 78-A, a modificação dos arts. 48, 49, 80 e 103, e a revogação do art. 81 da LGT, estabelecendo que:

- as políticas públicas de telecomunicações serão executadas com recursos do orçamento dos entes da Federação e do Fust, ou outro fundo que venha a substituí-lo;
- parte da arrecadação relativa às outorgas de prestação de serviços e de uso de radiofrequências será destinada ao Fust;
- o planejamento plurianual da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) deverá prever os montantes destinados ao Fust e os saldos a serem transferidos ao Tesouro Nacional;
- os custos com as obrigações de universalização que a própria concessionária deva suportar não poderão ser cobertos com recursos do Fundo;
- os subsídios entre modalidades de serviços e segmentos de usuários estarão proibidos.

Prevê ainda a introdução dos arts. 1º-A e 4º-A, além de alterações nos arts. 1º, 4º, 5º e 8º da Lei do Fust, para determinar que:

- os recursos do Fundo deverão ser aplicados para cobrir custos relativos à expansão e modernização da infraestrutura e da prestação de serviços de telecomunicações, independentemente de seu regime jurídico; para adquirir bens e serviços vinculados a políticas públicas destinadas a promover a inclusão digital e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e para financiar investimentos em infraestrutura destinados a ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços;
- competirá à Anatel elaborar e submeter ao “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” a proposta orçamentária do Fust, repassar os recursos do Fundo ao agente financeiro e acompanhar sua execução orçamentária e financeira;



- a entidade, pública ou privada, que receber recursos do Fundo prestará contas à Anatel e ao agente financeiro;
- os recursos do Fust serão aplicados nas modalidades não reembolsável; reembolsável, mediante a concessão de empréstimo; e apoio à constituição de garantia de risco em operações de financiamento de investimento em infraestrutura;
- o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será o agente financeiro do Fust.

A iniciativa, caso aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação.

Também não foram oferecidas emendas ao PL nº 3.950, de 2019.

As matérias serão analisadas por esta CCT e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em sede de decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como a assuntos correlatos. As iniciativas em comento inscrevem-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Com a aprovação da Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020, oriunda do PL nº 172, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 103, de 2007), e da Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021, originária da Medida Provisória (MPV) nº 1.018, de 2020, a disciplina que rege o Fust foi profundamente transformada e passou a contemplar a maioria, senão todas, das propostas presentes nos projetos de lei em análise.

Vejamos.

O novo art. 1º da Lei do Fust prevê que o Fundo tem como finalidades estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, reduzir as desigualdades regionais e

estimular o uso e o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade. Determina ainda que seus recursos devem ser aplicados na implementação de políticas governamentais voltadas a ampliar o acesso a serviços de telecomunicações prestados em regime público e em regime privado.

Nesse sentido, a alteração legal promovida superou um entrave histórico no uso dos recursos do Fust: antes exclusivamente destinados a cobrir os custos das obrigações de universalização das concessionárias de telefonia fixa, os valores arrecadados passaram a contemplar serviços muito mais modernos e demandados, como o provimento de acesso em banda larga, fixa ou móvel. Contemplou, assim, a principal preocupação das duas iniciativas ora analisadas.

A nova redação da lei estabeleceu também a possibilidade de aplicação dos recursos do Fust nas modalidades de garantia e de apoio reembolsável, não previstas na regra anterior, e propostas pelo PL nº 3.950, de 2019. A modalidade de garantia habilita o uso do Fust como uma espécie de fundo garantidor de empréstimos e financiamentos de projetos de ampliação do acesso aos serviços, o que viabiliza a concessão de crédito para operadores de menor porte e com atuações regionais, em locais de menor atratividade. A modalidade de apoio reembolsável, por sua vez, pode superar as restrições fiscais vividas pelo País, tornando-se um canal mais fluido de aplicação de parte dos recursos do Fundo.

Com as modificações em vigor, o BNDES, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), as caixas econômicas, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento e demais instituições financeiras passaram a atuar como agentes financeiros do Fust.

Além disso, as alterações legislativas recém-aprovadas aprimoraram o aspecto institucional e o sistema de governança do Fust. Na medida em que passa a ser gerido por um Conselho Gestor, já regulamentado e cujos membros encontram-se nomeados, o Fundo poderá ter seus recursos direcionados segundo políticas públicas bem definidas e relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do País nas áreas de educação e saúde, bem como no agronegócio. Cabe ao Conselho Gestor, entre outras atribuições, elaborar e submeter, ao Ministério das Comunicações, a proposta orçamentária do Fust, e avaliar os resultados obtidos pelos projetos financiados com seus recursos.

A nova redação da Lei do Fust prevê também que as atividades que receberão os recursos do Fundo serão escolhidas mediante processos de

seleção, que privilegiarão as iniciativas que envolvam, em um mesmo projeto, o Poder Público, a iniciativa privada, cooperativas, organizações da sociedade civil e estabelecimentos públicos de ensino, bem como escolas sem fins lucrativos que atendam a pessoas com deficiência.

Na educação, especificamente, está prevista a obrigação de que os montantes a serem aplicados conectem todas as escolas públicas brasileiras à internet, por meio de redes de banda larga, até 2024.

Finalmente, o novo texto legal possibilita a utilização dos recursos do Fust diretamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, para o financiamento de ações voltadas à transformação digital dos serviços públicos.

A partir desse arcabouço normativo, complementado pela edição do Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022, o Conselho Gestor do Fust, que já está funcionando, aprovou, no último dia 8 de agosto, a Resolução de Aplicação de Recursos do Fundo e sua proposta orçamentária para o exercício de 2023, no valor de R\$ 651 milhões.

Nesse contexto, consideramos que as alterações propostas pelo PLS nº 163, de 2016, e pelo PL nº 3.950, de 2019, estão prejudicadas.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2016, e do Projeto de Lei nº 3.950, de 2019, nos termos do inciso II do art. 334 do Risf.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator